

CAIO LIUDVIK, *Sartre e o Pensamento Mítico. Revelação Arquetípica da Liberdade em As moscas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, 243 p. ISBN: 978-85-15-03302-7.

O pensamento de Jean-Paul Sartre é seguramente uma das grandes expressões do movimento de idéias filosóficas que marcou o século XX. É notória a fecunda influência que exerceu sobre amplos segmentos da cultura contemporânea, tendo se convertido mesmo em autêntica moda intelectual. Porém, esgotadas as transitórias disposições que sustentam os sucessos da moda, o existencialismo sartriano conheceu um imerecido olvido, inclusive nos meios acadêmicos. Contudo, para além da chancela efêmera e duvidosa da visibilidade pública, as análises sartrianas da condição humana em suas várias dimensões guardam um valor intrínseco, e não perderam em nada de seu vigor e potencial para a reflexão filosófica. Por isso, a retomada de Sartre em trabalhos consistentes e bem articulados será sempre bem vinda nos meios filosóficos. Eis o que recomenda a leitura do livro de Caio Liudvik, *Sartre e o Pensamento Mítico. Revelação arquetípica da Liberdade em As Moscas*.

Derivado da dissertação de mestrado defendida pelo autor na USP, o livro propõe-se a fazer uma interpretação da famosa peça de Sartre – aliás, já

traduzida pelo autor e publicada pela Editora Nova Fronteira em 2005 -, analisando o mitologismo em Sartre sob seus diversos aspectos. O que faz a originalidade do trabalho de Caio Liudvik é a ousada intenção de sustentar uma certa afinidade do mitologismo sartriano com o pensamento mítico originário, afinidade que iria além do mero uso alegórico literário de personagens e situações tomados de empréstimo à mitologia grega. E para tanto, Liudvik lança mão da abordagem do pensamento mítico por Mircea Eliade, reconhecido especialista na matéria. O subtítulo do livro condensa o resultado deste empreendimento e a posição defendida pelo autor: em *As Moscas*, estaríamos diante de uma “revelação arquetípica da Liberdade”.

Há, porém, uma grave dificuldade entranhada na intenção de fundo do trabalho de Caio Liudvik, e ele tem plena consciência dela: a oposição frontal entre as perspectivas filosóficas de Sartre e as de Mircea Eliade. E é portanto com plena consciência que o autor decide-se pelo uso metodológico e heurístico de Eliade no tratamento de *As Moscas*. Todavia, antes de comentar sobre os resultados desta decisão, convém resumir o percurso da argumentação de Liudvik ao longo dos quatro capítulos que compõem seu trabalho.

No primeiro capítulo (“Teatro de situações: mito e filosofia”) o autor apresenta a dramaturgia sartriana como um dos momentos fundamentais do projeto filosófico existencialista, mostrando o sentido do uso do mito por Sartre em seu teatro, como uma forma de revelação do homem aos homens por meio de ações imaginárias. O teatro assim compreendido confirma o engajamento ativo característico da atitude existencialista, e o mitologismo teatral, articulado a uma certa idéia do *trágico*, revela o potencial formativo que o projeto filosófico sartriano oferece à consciência moderna.

O segundo capítulo (“A França ocupada: ‘queda do paraíso’”) apresenta uma elucidação mais focalizada do contexto político-histórico do mitologismo teatral sartriano, em suas relações com as tendências de *remitologização* ativas nos anos 30 e 40 do século XX. Nesse cenário, a dramaturgia de Sartre, consubstanciada no modelo do “teatro de situações”, conjuga de forma original *mito* e *história*: o histórico transluz no “compromisso com as questões de seu próprio tempo” (p. 69), e o mítico apresenta-se como “recurso de revelação (...) do *eidós* da vida cotidiana” (ibid.). Assim, a escritura teatral e filosófica é a forma que assume o engajamento político de Sartre – que se definia então como “um escritor que resiste” -, após a experiência malograda de seu grupo “Socialismo e Liberdade”. A dimensão política ganha uma densidade ontológica, que se transfunde tanto nos escritos filosóficos quanto no teatro de situações, e aparece claramente nas figuras opostas do *resistente* e do *colaboracionista*, em torno das quais desenvolve-se a reflexão sartriana sobre a Ocupação. Estas figuras revelam “atitudes existenciais, modos de ser ou de instalação no Ser, perfis ontológicos que não nascem tão-somente em certo tipo de sociedade, nem morrem com

ele” (Bernard-Henry Lévy, citado por Liudvik, p. 94). Eis o que justifica a sua interpretação a partir da categoria do *mito*, entendido como revelador do *eidós* da vida cotidiana. A abordagem sintética de três ensaios escritos por Sartre ao final da Ocupação permite ao autor justamente extrair estas duas figuras fundamentais, que se mostrarão verdadeiras chaves hermenêuticas para a compreensão do texto de *As Moscas*.

No terceiro capítulo (“*As Moscas*: existência e história”), Caio Liudvik examina as idéias subjacentes à peça teatral em pauta, em sua transposição “mítica” e alegórica. A intenção aqui é “sublinhar os ‘sub-textos’ filosófico e histórico da peça” (p. 129).

Finalmente, no quarto capítulo (“*As Moscas*: o ‘ano novo’ do arquétipo”) o autor apresenta um inventário sintético da compreensão do pensamento mítico em Mircea Eliade, com a intenção – já anunciada desde a introdução do livro – de utilizar-se *metodologicamente* da fenomenologia eliadiana do mito para ler a peça de Sartre e nela apontar os elementos míticos. Porém, apenas nas últimas 20 páginas deste capítulo final o autor põe efetivamente em confronto Eliade e Sartre, e de uma forma que é menos metodológica do que polêmica. Além disso, chama a atenção o espaço exíguo dedicado à realização da promessa de ler *As Moscas* a partir de Eliade, promessa que na verdade apresenta-se como o objetivo fundamental do trabalho que deu origem ao livro. Gostaria, portanto, de me deter um pouco sobre este ponto.

É preciso assinalar tanto a ousadia da abordagem proposta por Caio Liudvik quanto – a meu ver – a sua problematicidade. Pois, como dito anteriormente, e como o próprio autor parece reconhecer em várias passagens, conciliar as posições de Sartre e de Eliade parece tarefa impossível. E a

intenção de se restringir a um uso heurístico de Eliade não consegue evitar que essa incompatibilidade ideológica salte aos olhos. É evidente ao leitor atento uma indisfarçável hesitação ou ambivalência entre o pretendido uso heurístico da compreensão eliadiana do mito e a consideração crítica de sua dimensão ideológica. Liudvik assume claramente os pressupostos existencialistas em suas reflexões, e é isso que lhe permite sugerir uma “possível releitura sartriana do esquema de Eliade”, em que “o sagrado se instaura como uma negação temporal do tempo, como um êxtase imanente, êxtase da liberdade humana, e não de um rebaixamento de si na imitação do ‘Outro’ divino” (p. 216). Note-se a presença aqui do conhecido preconceito iluminista, segundo o qual, *invariavelmente*, qualquer imitação do Outro divino implica um “rebaixamento de si”.

Por outro lado, a simples homologação entre a mentalidade vichista na França ocupada e o pensamento mítico em geral é por si mesma extremamente questionável. Liudvik reconhece explicitamente este ponto, quando caracteriza a “teodicéia” penitencial e penitenciária de Vichy como a farsa de um arquétipo “pseudo-arcaico” – melhor seria dizer “pseudo-arquétipo”, uma vez que etimológica e conceitualmente todo arquétipo é arcaico -, farsa que se constrói pela imitação de “uma mentalidade *válida* em contextos históricos tão remotos, de antes da vasta marcha da secularização moderna” (ibid., itálico meu). Aqui a imitação é uma farsa porque o regime de Vichy difunde uma mentalidade “de remorsos, de covardia, de capitulação, de *má-fé* na França Ocupada” (ibid., itálico meu). Ora, se há portanto uma diferença irreduzível entre a “*má-fé*” vichista e o pensamento mítico “*válido*”, então a leitura daquela segundo as categorias deste simplesmente não faz sentido, e só pode-

ria ter como resultados ou a ideológica confirmação da farsa, que viria reforçar a ocultação de sua mentira, ou a *invalidação* sem mais do pensamento mítico, “contaminado” por uma homologação indevida com a *má-fé* colaboracionista.

Apesar de sua clara consciência a respeito dessa diferença, Caio Liudvik não consegue – a meu ver – evitar esse impasse a que sua abordagem inevitavelmente conduz. Pois, em face da afirmação radical da liberdade humana no Orestes sartriano, tudo o que se lhe opõe só pode cair na categoria da *má-fé* – seja a mentalidade vichista, que poderia ser legitimamente criticada como farsa inautêntica, seja a mentalidade mítica genuína, essencialmente conservadora e negadora da História, que pela simples e fundamental oposição à liberdade concebida nos moldes existencialistas necessariamente deve aparecer como forma de *alienação*.

A diametral oposição de Sartre ao pensamento mítico tradicional aparece em sua esdrúxula caracterização do “mítico” como sendo essencialmente reinvenção, ruptura, liberdade, ao passo que o estatuto oposto do “simbólico” é caracterizado como inércia, identidade consigo mesma, perenidade, “reverberação linguístico-imaginária do reino ontológico do Em-si” (p. 105). Ora, a consciência mítica tradicional – consciência estruturada pelo mito – é essencialmente conservadora, tem horror à novidade, que é sempre sentida como angustiante possibilidade de irrupção da desordem, e assim trata de esconjurar o perigo do caos assimilando a novidade segundo esquemas míticos previamente em vigor no patrimônio simbólico da cultura. Em outras palavras: a consciência mítica abomina a ruptura, a reinvenção, e celebra antes a repetição do Mesmo. Ela não é “mítica” no sentido sartriano, mas antes “simbólica”.

Na repetição ritual do ciclo cosmogônico no âmbito da consciência mítica, o caos é incluído como um intervalo que justamente será superado pela instauração não propriamente de uma *nova* ordem, mas pela *renovação da ordem paradigmática*, poderíamos dizer: da *antiga ordem*, da ordem exemplar estabelecida *in illo tempore*. A renovação mítica genuína difere muito da liberdade sartriana tal como encarnada na ação do Orestes de *As Moscas*: ela é restauradora e conservadora, opõe-se à ação corrosiva do tempo mediante uma *repetição* dos modelos originários, dos arquétipos, e não por qualquer *invenção* de uma novidade escrupulosamente evitada pelo pavor do caos e da história que caracteriza a consciência mítica.

Por isso, falar de uma instauração "exemplar" do Caos ("agora o Caos equivale à Ordem divina", p. 224) é uma verdadeira *contradictio in adiecto* para a perspectiva do pensamento mítico. Uma luta mortal (e dialética) se trava entre a Ordem divinamente estabelecida – o Cosmos – e o Caos, objeto de pavor para a consciência mítica: a Ordem é sempre triunfo *cosmo-gônico* sobre as potências caóticas, e estas fornecem precisamente a justificação para a necessidade da Ordem cosmogônica. Pois, vale lembrar, para o homem arcaico é absolutamente impossível viver no caos. Por isso a consciência mítica adere resolutamente à Ordem instituída, e trata de preservá-la e confirmá-la em todas as situações; já a exaltação sartriana da liberdade é alérgica à ordem e só pode conseqüentemente se sustentar como uma apologia do Caos. Mas, ainda aqui, é preciso lembrar que mesmo a "inversão do sagrado" que Caio Liudvik aponta no mitologismo sartriano difere radicalmente dos fundamentos do pensamento mítico genuíno: neste, o Caos pode ser dito sagrado (como o próprio mal)

na medida em que é transcendente ao homem, ao passo que em Sartre o Caos se reduz à dimensão humana da liberdade radical, em uma " imanentização horizontalizante".

Os frutos da leitura em chave eliadiana de *As Moscas*, no final, resumem-se a apontar o caráter mítico em dois pontos: a *eliminação do tempo* (cf. p. 216), mas sob a forma – estranha ao pensamento mítico – de uma "negação temporal do tempo"; e o *retorno às origens* (cf. p. 224), mas um retorno que inverte radicalmente o sentido da restauração pretendida pela consciência mítica, na medida em que em Sartre o que se dá é a instauração "exemplar" de um Caos totalmente humanizado. Liudvik assume heurísticamente a perspectiva de Eliade, mas recusa a sua conseqüência, expressa em *O Mito do Eterno Retorno*, por exemplo, de que o existencialismo significa a morte do mito (cf. p. 231ss). Mas ao fazer isso, ele simplesmente abandona a compreensão eliadiana do mito em favor da definição extremamente pessoal do "mítico" em Sartre. Diante disso, a pergunta que se pode fazer é: por que insistir em usar Eliade "heurísticamente" para interpretar *As Moscas*, se no momento decisivo da interpretação o conceito central é substituído pela idiossincrática concepção sartriana do "mítico"? Por que não simplesmente assumir esta concepção idiossincrática e aplicá-la ao texto sartriano, ao invés de eleger um referencial de leitura que não pode senão ver no existencialismo a morte do mito? Aliás, essa ambivalência faz com que Liudvik, em várias passagens, coloque os termos *mítico* e *arquétipico* entre aspas, índice eloqüente do uso problemático e impróprio dos mesmos – pois se é próprio da mentalidade mítico-teodiceica tradicional, segundo Eliade, o anti-historicismo, então a "revelação da liberdade como historicidade" em *As Moscas* só pode

de fato ser dita “arquetípica” (cf. p. 232) ou “mítica” usando-se as aspas que tornam patente a diferença entre o “*eidos* da vida cotidiana” nas duas versões opostas do pensamento mítico e do pensamento existencialista. (Cabe recordar que, para a mentalidade mítica, a essência precede a existência, ao passo que o existencialismo sustenta-se sobre a tese oposta de que a existência precede a essência.) Na revelação mítica, o que aparece é a plenitude do ser e do sentido; na revelação “mítica”, ao contrário, o que se mostra é o nada, o vazio e o absurdo. Se o Orestes sartriano é um “Super-homem da liberdade” (p. 216), só se pode qualificá-lo como “um novo arquétipo” (p. 219) se se acrescentar em seguida que se trata do “arquétipo da negação do arquétipo” (p. 220), que torna “absolutamente impossível” o sonho humano “de superação da angústia e do absurdo de viver e de morrer” (p. 221), e que faz “toda tentativa da consciência de superar sua ‘bastardia’ ontológica e dar-se um Ser pleno” fracassar e ser reabsorvida no “*nada* radical do qual emerge” (p. 219). A frontal contradição com a consciência mítica não poderia ser mais evidente.

Todo o problema aqui apontado com a abordagem proposta por Caio Liudvik vem da possibilidade de que ele talvez não tenha dado a devida importância ao *anacronismo* que separa o *mitologismo moderno* (definido por E.M. Mielietinski) do *pensamento mítico* original, por definição não-moderno, e mesmo anti-moderno, quando de sua escolha de Mircea Eliade como perspectiva hermenêutica para ler *As Moscas*. Não há dúvidas quanto à ousadia da escolha. Em face dos exíguos e problemáticos resultados que ela viabilizou, não consegui me persuadir com as razões que o autor apresentou para justificá-la. E saí da leitura deste trabalho ousado e de ótimo nível me perguntando se não haveria, na raiz dessa decisão por um Eliade heurístico, uma secreta nostalgia dos benefícios existenciais do pensamento mítico genuíno que, como diria Gilbert Durand, estende fraternalmente a mão da espécie ao nosso desamparo orgulhoso de civilizados.

Marco Heleno Barreto
FAJE — BH